

Cotação

- Dólar: R\$ 5,66
- Euro: R\$ 6,39



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quarta-feira • 21 de Maio de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	22 de Maio
<ul style="list-style-type: none">• Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento• Dia da Língua Nacional	<ul style="list-style-type: none">• Dia do Apicultor• Dia internacional da Biodiversidade

Agenda do dia

Hoje	22 de Maio
<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda	<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Radar Litoral • Nova Imprensa • G1 Vanguarda • O Vale • Fala Caragua • Litoral em Pauta • Diário Caiçara • Notícias das Praias • TV Thati • Notícias do Litoral Norte

Índice

Política.....	3
Folha de São Paulo.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
O Estado de São Paulo.....	7
O Estado de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
Vereadores prestigiam 1º aniversário da 4ª Cia da Polícia Rodoviária em Caraguatatuba.	12
Vereadores prestigiam comemoração dos 48 anos da APAE de Caraguatatuba.....	13
Câmara de Caraguatatuba aprova projeto contra insegurança alimentar e concede títulos de cidadania na 16ª sessão ordinária.....	14
Cotidiano.....	15
Apostador de Caraguá leva R\$ 51,5 milhões ao acertar os seis números da Mega-Sena..	15
Após incêndio, prefeitura fornece ônibus escolares temporários.....	16
Caraguatatuba e DER promovem ação de prevenção a acidentes dentro do Maio Amarelo na rodovia SP 55.....	17
Prazo para Inscrições no Conselho Gestor do Parque do Juqueriquerê termina nesta sexta-feira.....	18
Mais de 150 profissionais de enfermagem participam do 1º Aulão de Ritmado e engajam ação solidária.....	19
Mostra Novo Cinema Mexicano – Programa Pontos MIS exhibe filmes na Videoteca Lúcio Braun e Espaço Cultural Casa da Democracia.....	20
Comissão de Literatura realiza oficina gratuita de Poesia no Macc.....	21
Secretaria de Saúde realiza café da manhã em homenagem ao Dia da Assistência Social.....	22
EcoManRun 2025 – Caraguatatuba recebe corrida de obstáculos com adrenalina em junho.....	23
Secretaria de Serviços Públicos executa zeladoria nas regiões Sul, Centro e Norte de Caraguatatuba.....	24
Secretaria de Turismo de Caraguatatuba inicia inscrições para o 20º Caraguá a Gosto	25
Turismo e Esporte.....	26
Caraguatatuba conquista três pódios na 3ª etapa do Campeonato Paulista de BMX.....	26
Vídeo: Jovem piloto de Caraguatatuba, Anna Pimpão, dá show em Interlagos e assume a vice liderança da Copa São Paulo Light de Kart.....	27
Clipping Eletrônico.....	28
Entrevista com o Secretário Adjunto de Esportes, Leandro Domingos de Souza, para a TV Câmara.....	28

Política

Folha de São Paulo

STF rejeita denúncia de trama golpista pela 1ª vez, mas outros 10 viram réus

Grupo é formado majoritariamente por militares que teriam pressionado por golpe

Ana Pompeu e César Feitoza

BRASÍLIA A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) recusou nesta terça-feira (20), pela primeira vez, parte da denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) sobre a trama golpista de 2022. Dois dos envolvidos tiveram suas acusações rejeitadas pelo tribunal, que também decidiu por unanimidade tornar réus outros dez acusados.

Com isso, o colegiado aumentou para 31 a lista dos que serão julgados sob a acusação de tentar impedir a posse de Lula (PT) —entre eles, Jair Bolsonaro (PL).

Nesta terça, a corte analisou os casos de denunciados por pressão a militares e outros agentes públicos a aderir ao plano golpista. Na avaliação dos ministros, porém, não há indícios suficientes contra o coronel da reserva Cleverson Magalhães e o general Nilton Diniz Rodrigues, mas apenas referências aos nomes de ambos na peça acusatória.

O núcleo julgado nesta terça foi composto majoritariamente por militares que, segundo a PGR, incentivaram o golpe de Estado a despeito da posição do Alto Comando do Exército.

O grupo tornado réu é formado por Bernardo Romão Correa Neto (coronel da reserva), Estevam Theophilo (general da reserva), Fabrício Moreira de Bastos (coronel), Hélio Ferreira Lima (tenente-coronel), Márcio Nunes de Resende Júnior (coronel da reserva), Rafael Martins de Oliveira (tenente-coronel), Rodrigo Bezerra de Azevedo (tenente-coronel), Ronaldo Ricardo Cavaliere (tenente-coronel da reserva) e Wladimir Matos Soares (policia federal).

Eles são acusados de praticar cinco crimes: tentativa de abolição do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

Dos 12 denunciados no núcleo militar, 7 seriam por supostamente dar respaldo a uma carta de oficiais do Exército. A maior parte deles, segundo a PGR, apoiou as estratégias de pressão sobre os chefes das Forças Armadas em uma reunião em 28 de novembro de 2022. Outra parte é acusada de planejar o assassinato do ministro Alexandre de Moraes.

Primeiro a votar, Moraes rebateu os argumentos das defesas. De acordo com ele, há prova documental de que a finalidade da reunião era debater como pressionar os superiores hierárquicos.

"Se fosse para tomar cerveja com os amigos, não haveria necessidade de excluir mensagens e ainda alertar que muitas coisas vazam", disse, em referência a mensagens apagadas e depois recuperadas pelos investigadores.



Primeira Turma do Supremo julga denúncia da trama golpista Rosinei Coutinho/Divulgação STF

Quem são os novos réus na trama golpista

Estevam Theophilo

- **Gaspar de Oliveira** general do Exército
- **Hélio Ferreira Lima** tenente-coronel do Exército
- **Rafael Martins de Oliveira** tenente-coronel do Exército
- **Rodrigo Bezerra de Azevedo** tenente-coronel do Exército
- **Wladimir Matos Soares** agente da Polícia Federal
- **Bernardo Romão Corrêa Neto** coronel do Exército
- **Fabrício Moreira de Bastos** coronel do Exército
- **Márcio Nunes de Resende Júnior** coronel do Exército
- **Sérgio Cavaliere de Medeiros** tenente-coronel do Exército
- **Ronald Ferreira de Araújo Júnior** tenente-coronel do Exército

De forma inédita, no entanto, o relator considerou frágil a denúncia apresentada pela PGR em relação a dois dos militares.

"Não se verifica aqui nos autos indícios mínimos da ocorrência do ilícito criminal em relação a ambos", afirmou o magistrado.

Nilton era coronel no fim de 2022. Com formação nas Forças Especiais, onde atuava os chamados "kids pretos", estava à época na assessoria direta do então comandante do Exército, Marco Antônio Freire Gomes. Ele é citado na denúncia como alguém que poderia influenciar o então comandante a aderir ao golpe.

Dias antes de ser indiciado, ele era o comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira (AM).

Cleverson era militar assistente do chefe do Comando de Operações Terrestres, Estevam Theophilo. A denúncia diz que o militar seria uma figura que poderia influenciar Theophilo que, por sua vez, chegaria a Freire Gomes. Ele é citado como um dos participantes da reunião que discutiria estratégias para a trama.

Antes, os ministros aceitaram, no entanto, a denúncia contra os outros dez integrantes do núcleo. As defesas dos acusados de compor o núcleo militar afirmaram à Primeira Turma que seus clientes não tiveram relação com a carta de oficiais.

Em depoimento a Moraes, o delator Mauro Cid disse que a reunião era uma "conversa de bar". "Ninguém apresentou documento, ninguém sentou para organizar [a pressão contra os comandantes militares]", disse o militar.

Os advogados se valeram da declaração para defender a falta de indício de autoria e materialidade para o recebimento da denúncia.

Os ministros desconsideraram o argumento de que teria sido um encontro entre amigos. "Vamos ter de verificar e checar se expres-

sões como 'conversa de bar' não é uma expressão mal empregada pelo colaborador, porque uma reunião que busca providências como matar autoridade e golpe de Estado não pode ser conversa de bar", disse Zanin.

Em outro momento, as defesas alegaram que não seria possível, diante dos eixos da hierarquia e da disciplina da rotina militar, que oficiais de patente mais baixa influenciassem superiores.

"Se assim fosse, não existiria o crime de motim do Código Militar e a história não mostraria quantas e quantas vezes os de menor patente se insurgiram. E devemos nos lembrar que não foi o comandante do Exército que liderou o golpe de 1964, foi um comandante do Sul", afirmou Moraes.

Na fase de recebimento da denúncia, a Primeira Turma do STF analisa somente se a acusação da PGR traz indícios mínimos para a abertura da ação penal.

Na próxima etapa, passa-se à instrução do processo, com depoimentos de testemunhas e dos réus. Caberá à PGR apresentar as provas para confirmar a veracidade das suspeitas.

Com o processo penal aberto contra os acusados, as defesas terão o direito de receber todas as provas colhidas pela Polícia Federal durante a investigação. Os advogados ainda podem solicitar a inclusão de novas provas, realizar perícias sobre documentos apreendidos e elencar testemunhas para serem ouvidas.

Anteriormente, a Primeira Turma havia feito três rodadas de análise de denúncias, todas aceitas por unanimidade.

O último núcleo é composto somente pelo ex-apresentador da Jovem Pan Paulo Figueiredo. O processo contra ele está travado sem que o acusado tenha sido intimado pessoalmente nos Estados Unidos, onde mora há dez anos.

Folha de São Paulo



O procurador-geral da República, Paulo Gonet, participa de sessão plenária do STF Pedro Ladeira - 19.fev.25/Folhapress

Gonet é criticado no Supremo e festejado por defesas após bronca de Moraes em militar

Parte dos ministros expõe incômodo e divergências no tribunal sobre atuação do procurador-geral da República ao questionar testemunhas

Cézar Feitoza

BRASÍLIA Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) criticaram nos bastidores o desempenho do procurador-geral da República, Paulo Gonet, durante o depoimento do ex-chefe do Exército Marco Antônio Freire Gomes, que chegou a levar uma bronca e ser questionado pelo ministro Alexandre de Moraes.

Embora não seja unânime na corte, a avaliação de parte dos magistrados foi de que Gonet não conseguiu se contrapor à versão considerada mais amena do golpismo apresentada por Freire Gomes na segunda (19) ao Supremo.

Dois ministros relataram à Folha a existência desse incômodo, apesar de posições divergentes —um elogiou a denúncia da Procuradoria-Geral da República e dois afirmaram não ter considerações sobre a atuação do PGR.

Por sua vez, três defensores de réus no processo da trama golpista elogiaram, sob reserva, a atuação de Gonet. A PGR foi procurada, mas não se manifestou.

A forma de o procurador-geral conduzir a inquirição ficou clara ainda no início da audiência. Sem levantar contradições no depoimento, Gonet fazia digressões para confirmar se a resposta do general poderia ser entendida conforme está narrado na denúncia.

Um exemplo foi quando o ex-chefe do Exército disse que não houve espanto quando o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) apresentou a primeira minuta golpista.

Freire Gomes disse que Bolsonaro apresentou o documento como um estudo, baseado na Constituição, e que o ex-presidente informou que voltaria ao as-

sunto após consultar auxiliares.

"Posso dizer, então, que ele estava preparando os senhores, com razões jurídicas, para apresentar mais a seguir medidas de intervenção que ele já estava antecipando que ia tomar?", perguntou Gonet.

O advogado Celso Vilardi, defensor de Bolsonaro, disse que a pergunta de Gonet buscava direcionar a resposta do general. O ministro Alexandre de Moraes negou a questão de ordem, e o microfone de Vilardi foi cortado.

"Não necessariamente. Talvez ele tenha nos apresentado por questão de consideração, já que alguns aspectos do documentos se referiam à GLO [Garantia da Lei e da Ordem], estado de defesa e estado de sítio", respondeu o ex-comandante.

A atuação de Gonet quando Freire Gomes afirmou que não poderia fazer juízo de valor sobre a postura do então comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, sobre declarar apoio às propostas golpistas de Bolsonaro também foi criticada.

"Ele disse que estava com o presidente, e a intenção do que ele quis dizer sobre isso não me cabe [interpretar]", disse o general.

O ministro Alexandre de Moraes conduzia a audiência. Ele interrompeu o interrogatório neste momento, após as versões do general serem interpretadas como mais amenas, e disse que Freire Gomes deveria falar a verdade.

Três advogados de réus no processo da trama golpista afirmaram, sob reserva, que Gonet não tem traquejo para conduzir depoimentos em processos penais, o que viram como um ponto favorável a seus clientes. A formação

do procurador foi direcionada ao direito constitucional, e ele é autor de livros de referência na área.

A avaliação no Supremo é que Freire Gomes tentou blindar o ex-chefe da Marinha Almir Garnier com o depoimento ao tribunal. O testemunho do general ainda reforça a tese da defesa de Bolsonaro de que o ex-presidente estudou implementar medidas após o resultado eleitoral, mas a cogitação não era ilegal nem se transformou em plano golpista.

A figura de general legalista construída na denúncia da PGR acabou sendo questionada internamente no Supremo com o depoimento de segunda-feira.

A disparidade entre o que se esperava do testemunho do general com o que o ex-chefe militar faltou ao Supremo aumentou a expectativa pelo depoimento do ex-comandante da Aeronáutica Carlos de Almeida Baptista Júnior, previsto para esta quarta (21).

Nos bastidores, Moraes tem destacado que o depoimento do general reforça os principais fatos narrados na denúncia: que Bolsonaro apresentou minutas golpistas aos chefes das Forças Armadas, e que o Exército e a Aeronáutica foram contra.

O advogado Demóstenes Torres é responsável pela defesa de Garnier. Ele diz que o depoimento de Freire Gomes deveria invalidar a acusação contra o antigo comandante da Marinha.

A denúncia da PGR diz que Garnier "se colocou à disposição de Jair Bolsonaro para seguir as ordens necessárias ao cumprimento do decreto" em duas reuniões. Freire Gomes, porém, diz que o ex-chefe da Marinha ficou calado nas duas oportunidades.

Folha de São Paulo

Lula unifica seu grupo, e Edinho fica próximo da presidência do PT

Catia Seabra, Caio Spechoto e Victoria Azevedo

BRASÍLIA Sob ingerência do presidente Lula, a CNB (Construindo um Novo Brasil) sacramentou nesta segunda-feira (19) o apoio à candidatura do ex-prefeito Edinho Silva para o comando do PT, dando fim a uma disputa na maior força do partido.

Com a unificação, a estimativa é que Edinho obtenha 55% dos votos, o que lhe garantiria a vitória em primeiro turno. Ele deverá enfrentar três adversários de correntes minoritárias: o deputado federal Rui Falcão (SP) e os dirigentes petistas Valter Pomar e Romênio Pereira. A votação será no dia 6 de julho.

Selado em reuniões que invadiram a noite de domingo, o acordo foi materializado na desistência do prefeito de Maricá (RJ), Washington Quaquá. Ele anunciou a retirada da candidatura nesta segunda, após reunião com a ministra Gleisi Hoffmann (Secretaria das Relações Internacionais).

O anúncio da desistência foi acompanhado de uma foto de Quaquá ao lado da ministra no Palácio do Planalto. O próprio presidente havia participado de reuniões com a cúpula partidária na tentativa de viabilizar a candidatura de Edinho.

De acordo com participantes da articulação, o entendimento incluiu a promessa de que a Secretaria de Finanças, que hoje é ocupada por Gleide Andrade, permanecerá sob gestão do mesmo campo político. Nesse caso, não estaria descartada a reeleição de Gleide. Lula também deverá ser ouvido sobre a escolha do futuro tesoureiro do PT.

Apesar do acerto, Edinho negou nesta terça-feira (20) que a negociação tenha garantido a permanência de Gleide no cargo. "Jamais falamos em nomes e car-

gos. Isso será definido no processo de eleição do partido, a unidade que estamos construindo está ancorada na política, em propostas de ação política do PT diante dos desafios", afirmou Edinho.

Para a costura, foi constituído um grupo de cinco integrantes: dois representantes de cada grupo rival e um mediador indicado pelo presidente. Pela composição, Gleide e o líder do governo na Câmara, José Guimarães (CE), falarão em nome da atual direção do partido.

Os apoiadores de Edinho serão representados pelo presidente do PT de São Paulo, Kiko Celeguim, e pelo deputado Carlos Veras (PE).

A mediação ficará a cargo do presidente do PT, senador Humberto Costa (PE). Superado o conflito na esfera nacional, o grupo se dedicará a negociações em seus domicílios eleitorais.

A noite, durante um encontro em Brasília que contou com a participação de vários ministros de Lula, integrantes da CNB falaram sobre a unificação da corrente em torno do nome de Edinho. "Predominou o espírito de não rachar o PT. Se a CNB rachasse, rachava também o PT", afirmou Guimarães.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por sua vez, afirmou que a chapa vai "enaltecer" os 45 anos de história do partido.

"O PT vai sair mais forte e, no ano que vem, nós vamos dar trabalho para essa extrema direita escrota que está aí, e vamos ver de novo o presidente Lula subir mais uma vez a rampa do Palácio do Planalto", disse.

Edinho agradeceu Quaquá por ter retirado a candidatura e fez menção a Gleide.

"Muitas vezes se criou uma contradição entre eu e Gleide [...]. Mas, por meio do diálogo, vimos que temos muito mais do que nos une do que nos afasta. Quero re-



Rui Falcão se lança candidato à presidência do PT

O deputado federal Rui Falcão (PT-SP) lançou oficialmente sua pré-candidatura à presidência do PT, em Brasília, desafiando o favorito de Lula, Edinho Silva. Pedro Ladeira/Folhapress



Predominou o espírito de não rachar o PT. Se a CNB rachasse, rachava também o PT

José Guimarães (PT-CE)
líder do governo na Câmara dos Deputados

conhecer, Gleide, publicamente, seu esforço e empenho na construção da unidade da CNB", afirmou o ex-prefeito de Araraquara.

Diversos estados têm vários candidatos, inclusive com rachas dentro da própria CNB. Os petistas têm até a próxima segunda (26) para fazer alterações nas chapas registradas. As conversas poderão incluir as chapas para votação proporcional. Elas são usadas para distribuir os cargos abaixo da presidência na estrutura partidária nacional, estadual e municipal.

Patrocinadora do acordo nacional, Gleisi enfrenta no Paraná a oposição do ex-líder da bancada petista Zeca Dirceu. No estado, ela apoia o deputado estadual Arilson Chiorato, que teria adesão de mais deputados.

Em Minas Gerais, a deputada

estadual Leninha, lançada pelo grupo de Gleide, encara um movimento liderado pelo deputado federal Reginaldo Lopes, chamado por ele de CNB democrático, que defende o nome da também deputada federal Dandara Tonantzin.

Em Santa Catarina, uma ala da CNB liderada pela ex-ministra Ideli Salvatti engrossa a candidatura da vereadora Carla Ayres contra a chapa apoiada pelo presidente do Sebrae, Décio Lima.

Pernambuco tem ao menos seis candidatos à presidência do diretório estadual, quatro no grupo que apoia Edinho.

Na Bahia, maior estado governado pelo PT, o dirigente partidário Tássio Brito tem apoio de parte da CNB e de outras correntes petistas. Outra parte do grupo de Lula está com Jonas Paulo.

Folha de São Paulo



O governador Tarcísio de Freitas e a primeira-dama Cristiane, no lançamento do programa SuperAção SP. Marcelo Camargo/Divulgação Governo de SP

Tarcísio lança contraponto a Lula com primeira-dama e religião em destaque

Governador anuncia programa SuperAção SP, de erradicação da pobreza, para plateia de 210 prefeitos, segundo o governo

Bruno Ribeiro

SÃO PAULO Cotado para disputar a Presidência em 2026, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) lotou o Palácio dos Bandeirantes de prefeitos, abriu espaço para discurso da primeira-dama, Cristiane, e destacou a fé ao lançar, nesta terça (20), seu programa de erradicação da pobreza, que quer ser contraponto ao Bolsa Família e às políticas assistenciais do governo Lula (PT). Segundo o cerimonial do governo paulista, 210 prefeitos — cerca de um terço do total do estado — estiveram na cerimônia, que congestionou as vias do Morumbi, bairro da zona oeste que abriga a sede do governo.

O programa SuperAção SP se

propõe a romper o ciclo de pobreza de 35 mil famílias em dois anos. O objetivo é atingir inicialmente 1% de seu público-alvo, as famílias do estado registradas no CadÚnico. O cadastro tem 3,2 milhões de famílias em municípios paulistas, sendo 2,5 milhões delas beneficiárias do Bolsa Família. O auditório Ulysses Guimarães, no palácio, com capacidade para mil pessoas, estava lotado quando Tarcísio chegou, por volta das 10h30. A apresentação atrasou em mais de meia hora com a disposição do governador de tirar fotos com os prefeitos convidados, suas delegações e as primeiras-damas. Tarcísio sorriu e atendeu a todos.

Ao final, o cerimonial ainda organizou filas de parlamentares,



Esses programas são muito importantes, no entanto, não são suficientes. O que a gente quer, no final das contas, é garantir que, de fato, haja prosperidade

Tarcísio de Freitas governador de São Paulo, em crítica aos programas sociais do governo Lula

prefeitos e primeiras-damas para cumprimentar o governador e fazer mais fotos com ele.

Em seu discurso, Tarcísio adotou tom pastoral e enfatizou as palavras “fé” e “crença” como ingredientes para o sucesso.

“Tudo nasce na crença, tudo nasce na atitude. E, se a gente quer superar a pobreza, se quer fazer esse programa ser um sucesso, se a gente quer fazer esse programa ser uma referência. A gente vai construir. Nós vamos construir o melhor programa social do Brasil.”

O governador também lançou mão de termos bíblicos para falar do programa. “A gente está falando de legado, a gente está falando de galardão perante Deus, porque a melhor maneira de servir ao Senhor é fazer a diferença, é proporcionar emancipação”, afirmou.

“Galardão” é um termo presente na Bíblia que remete à recompensa espiritual.

Falando com os jornalistas presentes, logo após a apresentação, Tarcísio foi questionado sobre a relação de sua proposta com o Bolsa Família e fez críticas à bandeira petista. “Entendo que esses programas são muito importantes, no entanto, não são suficientes. O que a gente quer, no final das contas, é garantir que, de fa-

to, haja prosperidade.”

Ele disse que o SuperAção SP “é, sim, muito importante para nós”, mas negou que a proposta tenha caráter eleitoral. “Não estou olhando isso, isso não passa pela cabeça quando se faz um programa desse. O que passa na cabeça é: vamos fazer a diferença, vamos resolver a vida das pessoas.”

Na apresentação durante o evento, além da secretária de Desenvolvimento Social, Andreza Rosalém — cuja pasta é responsável pela ação — e do presidente da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), André do Prado (PL), que terá de aprovar um projeto de lei autorizando recursos para o programa, a primeira-dama Cristiane Freitas fez uma fala de cinco minutos.

Ela apresentou o “Caminho para Capacitação” citando o número de agentes envolvidos na ação, dados sobre a previsão de atendimentos e exemplos de serviços que deverão ser oferecidos.

O projeto envolve a organização de 30 caravanas para oferecimento de cursos de capacitação profissional à população carente do estado, com aulas de formação para cabeleireiros, cozinheiros e outros ofícios.

“O pilar central de uma política de superação bem-sucedida é a garantia do direito ao trabalho, que gera um processo de inclusão e de aumento do poder aquisitivo”, disse a primeira-dama do estado.

O programa do governador, já detalhado pela Folha, depende de aprovação dos deputados estaduais, pois prevê um incremento de até R\$ 500 milhões no orçamento da assistência social paulista.

O projeto dará complemento de renda às famílias mais carentes do estado e promete a oferta de diferentes serviços adicionais de assistência social, a depender da necessidade das famílias. Há previsão de um complemento aos valores pagos pelo Bolsa Família, além de bolsas específicas, que devem resultar em repasses de até R\$ 10,4 mil por família ao longo de dois anos.

O governo Tarcísio afirma que os pagamentos terão início entre o segundo semestre deste ano e o primeiro semestre do ano que vem e irão perpassar o período eleitoral, mas refuta a ideia de que os repasses têm caráter eleitoral.

O Estado de São Paulo

Com Lula sob vaias, governo aposta em 'pacote INSS' de Motta para estancar sangria

Lideranças governistas no Congresso apostam todas as fichas no “pacote do INSS” anunciado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta, para tentar estancar a sangria na popularidade do presidente Lula. O petista, que pretende concorrer à reeleição em 2026, vem sofrendo um desgaste atrás do outro desde o início do ano, e ontem foi alvo novamente de vaias em evento com prefeitos. Sondagens internas do Planalto mostram que, após escândalo do roubo dos aposentados e pensionistas, a avaliação negativa do governo voltou a piorar. Agora, a base aguarda, com certo grau de tensão, as pesquisas públicas. Enquanto isso, pressiona pela rápida aprovação de projetos, apresentados nas últimas semanas, para vedar descontos automáticos de sindicatos e associações.

● **ESTRATÉGIA.** Embora a medida seja inócua em relação ao que já foi debitado, a ideia é “mostrar ação” e dizer que ilegalidades não voltarão a ocorrer. O argumento será usado para tentar esvaziar a CPMI do INSS.

● **UNIÃO.** O setor produtivo do agronegócio lançou ontem um manifesto pedindo “de forma imediata” a atualização da Lei Geral do Licenciamento Ambiental. O documento, antecipado pela *Coluna*, diz que legislação atual gera burocracia excessiva, insegurança jurídica e entraves à iniciativa privada.

● **AVANÇO.** O novo marco foi aprovado ontem nas Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura do Senado. **Confúcio Moura (MDB)** e Tereza Cristina (PP) fizeram, a quatro mãos, um relatório igual para passar rapidamente. O plenário deve votar hoje. O texto terá de voltar à Câmara, mas a expectativa da bancada do agro é concluir tudo em julho.

● **INVESTIDA.** Centenas de prefeitos aproveitam a 26ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios para defender a autorização de bets municipais. Atualmente, essas empresas só são autorizadas a operar nos âmbitos federal e estadual. Apesar disso, algumas cidades aprovaram leis para regulamentar as próprias loterias e o caso foi parar no STF.

● **CAIXA.** Pelo menos 237 gestores se inscreveram no I Encontro Nacional de Prefeitos em Prol das Loterias Municipais, promovido pela Associação Nacional das Loterias Municipais (Analome). Eles argumentam o potencial de aumento na arrecadação.

● **ATRASSO.** Quatro meses após as bets começarem a operar legalmente, o Ministério da Saúde já arrecadou R\$ 6,7 milhões, mas ainda não adotou medidas contra danos sociais das apostas. Procurada, a pasta disse que a regulamentação é “recente” e exige “estruturação cuidadosa das ações”.

O Estado de São Paulo

A nova lei do licenciamento ambiental

Tereza Cristina

Por mais de duas décadas, o Brasil adiou uma decisão fundamental para seu desenvolvimento: aprovar uma lei moderna, equilibrada e funcional para o licenciamento ambiental. Agora, com o avanço do projeto no Senado, temos a chance de finalmente ordenar um processo ainda bloqueado pela insegurança jurídica, pela morosidade e por contradições normativas que prejudicam tanto a proteção ambiental quanto o interesse público.

É importante deixar bem claro: a proposta não enfraquece o licenciamento. Muito pelo contrário. Ela reafirma o compromisso com o rigor ambiental, ao manter exigências severas para atividades de alto impacto e até ampliar penas para quem desrespeitar a legislação. O que está em jogo é a racionalização do processo, que hoje é caótico e ineficiente. Ao tentar licenciar um projeto, sobrepõem-se prazos que se arastam por anos, pareceres conflitantes entre esferas diferentes do poder público e uma burocracia que desestimula investimentos, inclusive em infraestrutura essencial.

Desde 2011, com a aprovação da Lei Complementar 140, o Brasil já definiu o que deve ser licenciado e por quem. O

que se discute agora é como fazer isso com mais clareza, eficiência e justiça. O atual “ciclo normativo” – com regras sobrepostas entre União, Estados e municípios – trava iniciativas importantes, gera litígios desnecessários e desestimula empreendimentos que poderiam melhorar a vida das pessoas sem causar danos ao meio ambiente. A nova lei pretende corrigir isso.

Ao contrário das narrativas alarmistas, a lei não representa uma “liberação geral”. Ela mantém a exigência de estudos de impacto ambiental, audiências públicas e avaliação rigorosa para empreendimentos com impactos significativos. O que muda é o tratamento de atividades de baixo e médio impacto, que passam a ter procedimentos mais ágeis, como as Licenças por Adesão e Compromisso (LACs), já utilizadas com sucesso por diversos Estados – cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Não há, em hipótese alguma, autolicensing previsto no projeto. Não estamos abrindo brechas para ilegalidades; estamos organizando um sistema que hoje funciona, muitas vezes, na base da improvisação.

O licenciamento ambiental também é uma questão urba-

A aprovação do projeto é uma escolha pelo bom senso, pela sustentabilidade e pela dignidade de milhões de brasileiros. O País não pode mais esperar

na e social. Em muitas cidades brasileiras, obras fundamentais como redes de saneamento, tratamento de esgoto, gestão de resíduos, iluminação e mobilidade urbana estão paralisadas porque não conseguem obter licenças em tempo razoável. Isso afeta principalmente a população mais pobre, que convive com esgoto a céu aberto, com lixões e com a falta de infraestrutura básica. O resultado é perverso: deixamos milhões de brasileiros des-

atendidos por serviços básicos em razão de entraves que não significam maior proteção ao meio ambiente – apenas ineficiência.

É importante frisar que, no campo, o regramento ambiental brasileiro já é um dos mais rigorosos do mundo. O Código Florestal, aprovado em 2012, segue em vigor e não é alterado por esta lei. As regras sobre áreas de preservação permanente, reserva legal, uso do solo e recomposição florestal continuam valendo. Não há qualquer liberação para desmatamentos ou práticas predatórias. O projeto atual apenas busca racionalizar a atuação do poder público sem abrir mão dos princípios de prevenção e precaução.

Dizer que a nova lei é um retrocesso é ignorar a realidade dos últimos 20 anos. Nesse período, o Brasil viveu tragédias ambientais, perdas humanas e degradações severas. Na ausência de uma lei clara, esses acontecimentos não puderam ser evitados. Mariana, Brumadinho e tantos outros episódios nos mostraram que a falta de regras organizadas não impede desastres – ao contrário, dificulta a fiscalização, enfraquece a responsabilização e atrasa medidas corretivas. A verdade é que o atual modelo não funciona. Deixar tudo como está é o ver-

dadeiro retrocesso.

Isso não significa abrir mão da fiscalização. Pelo contrário: ela precisa ser reforçada, com investimento em órgãos de controle e capacitação técnica para lidar com os desafios crescentes impostos pelas mudanças climáticas. Fiscalizar bem exige regras objetivas, procedimentos definidos e instituições fortalecidas.

A nova lei traz justamente isso: prevenção, transparência, prazos definidos, segurança jurídica e equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, garantindo participação popular e controle social. Não se trata de escolher entre produzir ou preservar, mas sim de encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável. O Brasil tem condições de ser líder mundial em produção sustentável – e para isso precisa de um arcabouço legal moderno, coerente e funcional.

É possível – e necessário – proteger o meio ambiente com inteligência e responsabilidade, sem travar o País. A aprovação do projeto de licenciamento ambiental é uma escolha pelo bom senso, pela sustentabilidade e pela dignidade de milhões de brasileiros. O Brasil não pode mais esperar. ●

É SENADORA (PP-MS) E ENGENHEIRA AGRÔNOMA

O Estado de São Paulo

Ação penal do golpe

STF torna réus 9 oficiais do Exército e 1 policial federal por trama golpista

Segundo a PGR, os denunciados do 'núcleo de ações coercitivas' atuaram para pressionar o Alto-Comando da Força Terrestre a aderir a uma ruptura institucional

RAYSSA MOTTA

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu ontem a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra dez dos 12 acusados do "núcleo de ações coercitivas" (núcleo 3) do plano de golpe de Estado para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no poder após a derrota na eleição de 2022. A decisão foi unânime. Os ministros Alexandre de Moraes (relator), Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin votaram para torná-los réus e dez denunciados.

Com a decisão, o grupo vai responder a um processo penal por cinco crimes – organização criminosa armada, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do estado democrático de direito, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado contra o patrimônio da União. Os dez réus – nove oficiais do Exército e um policial federal – eram responsáveis, segundo a PGR, por "ações coercitivas" na trama golpista.

"As Forças Armadas não são um poder moderador. Em um estado democrático de direito, após as eleições, as Forças Armadas não têm que decidir nada. Quem perde eleição em uma democracia vai para casa, vira oposição e tenta voltar quatro anos depois. Esse é o regime democrático"
Alexandre de Moraes
Ministro do Supremo e relator do caso

A denúncia afirma que eles promoveram "ações táticas" para pressionar o Alto-Comando do Exército a aderir a uma ruptura institucional, como a Carta ao Comandante do Exército de Oficiais Superiores da Ativa do Exército Brasileiro, manifesto divulgado após o segundo turno do pleito de 2022 com críticas ao Judiciário e referências à "insegurança jurídica e instabilidade política e social no País".

Ainda segundo a PGR, os militares empreenderam "ações



Sessão da Primeira Turma do Supremo; julgamento analisou denúncia contra 12 acusados do núcleo 3

de campo" para o "monitoramento e neutralização de autoridades" no fim de 2022, incluindo Moraes e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como o Plano Punhal Verde e Amarelo, a Operação Copa 2022 e a Operação Luneta.

Vão responder a processo Bernardo Romão Correa Netto, coronel do Exército; Estevam Theóphilo, general do Exército; Fabrício Moreira de Bastos, coronel do Exército; Hélio Ferreira Lima, coronel do Exército; Márcio Nunes de Resende Júnior, coronel do Exército; Rafael Martins de Oliveira, tenente-coronel do Exército; Rodrigo Bezerra de Azevedo, tenente-coronel do Exército; Ronald Ferreira de Araújo Júnior, tenente-coronel do Exército; Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros, coronel do Exército; e Wladimir Matos Soares, policial federal.

O tenente-coronel Cleverson Ney Magalhães e o general Nilton Diniz Rodrigues, também denunciados no "núcleo 3", foram poupados do processo criminal. Os ministros entenderam que não há indícios mínimos contra eles.

Em relação aos demais, o colegiado afirmou que há elementos suficientes para receber a denúncia e abrir um processo criminal. Nesta fase não há juízo de valor sobre as acusações. O julgamento do mérito do processo só ocorrerá após a chamada instrução da ação – etapa em que são ouvidas testemunhas e podem ser produzidas novas provas.

A Primeira Turma já recebeu as denúncias contra o "núcleo crucial", o "núcleo de gerência" e o "núcleo de desinformação" do golpe. Falta apenas a análise das acusações contra o empresário Paulo Figueiredo Filho, que será votada em sepa-

Defesas citam delação de Cid e negam pressão sobre Alto-Comando

A estratégia das defesas dos denunciados do "núcleo de ações coercitivas" incluiu a tentativa de usar a delação do tenente-coronel Mauro Cid a favor dos acusados. O ex-ajudante de ordens da Presidência tratou como "conversa de bar" a reunião de 2022 em que, segundo a Procuradoria-Geral da República, os oficiais discutiram como pressionar a cúpula do Exército para apoiar o golpe.

"Se a delação é válida para acusar, ela é válida para defender", disse o advogado Ruyter de Miranda Barcelos, que defende o coronel Bernardo Romão Correa Netto. As defesas trataram o encontro como uma "confraternização", e não como uma reu-

rado porque ele mora fora do País. Até agora, 31 dos 34 denunciados pela PGR viraram réus, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

DELAÇÃO. Uma das estratégias das defesas foi tentar usar a delação do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, a favor dos acusados. Em sua colaboração, Cid tratou como "conversa de bar" a reunião dos militares das Forças Especiais do Exército, os "kids pretos", em novembro de 2022, em que, segundo a PGR, os oficiais denunciados começaram a traçar estratégias para pressionar o Alto-Comando do Exército a apoiar o plano de golpe (*mais informações nesta página*).

A subprocuradora da Repú-

nião sobre "ações táticas".

O advogado Marcelo César Cordeiro, que falou em nome do coronel Fabrício Moreira de Bastos, questionou a acusação de que oficiais de menor patente se uniram para pressionar superiores hierárquicos. "Imaginem se é possível que um grupo pequeno de coronéis vai se reunir, fazer uma carta, para influenciar general quatro estrelas. Não é crível isso. Isso é impossível de acontecer em uma caserna."

O policial federal Wladimir Matos Soares é o único denunciado do núcleo 3 que não faz parte dos quadros do Exército. Em conversas recuperadas pela PF, Soares fala em "matar meio mundo". O advogado do policial, Ramon Gomez Júnior, alegou que não há provas cabais do envolvimento de seu cliente com os militares. ● R.M.

blica Cláudia Sampaio Marques, que falou em nome da PGR, por sua vez, defendeu o recebimento integral da denúncia. Ela argumentou que os denunciados "exerceram relevante papel na execução das estratégias de ruptura do regime democrático". "Tudo foi previsto nos seus mínimos detalhes", disse ela.

REAÇÃO. Moraes afirmou em seu voto que os oficiais não acreditavam que as instituições reagiriam à altura para impedir um golpe. E criticou a tentativa de intervenção de uma ala das Forças Armadas nas eleições sob a justificativa de resolver uma "crise institucional". "As Forças Armadas não são um poder moderador. Em um estado democrático de

direito, após as eleições, as Forças Armadas não têm que decidir nada. Quem perde eleição em uma democracia vai para casa, vira oposição e tenta voltar quatro anos depois. Esse é o regime democrático."

Moraes ainda rebateu as defesas, que alegaram que as acusações não foram individualizadas, e justificou que a denúncia deveria ser analisada no contexto de uma atuação conjunta dos militares com os outros núcleos descritos pela PGR, especialmente o "núcleo crucial". Bolsonaro foi acusado de integrar o grupo.

'KIDS PRETOS'. O relator afirmou que mensagens recuperadas na investigação comprovam que a finalidade da reunião dos "kids pretos" era alinhar estratégias de pressão a superiores hierárquicos. Moraes leu no plenário trechos de conversas. "Se fosse para tomar cerveja com os amigos, não haveria necessidade de excluir mensagens. Não era uma conversa de bar para jogar conversa fora. Na verdade, era para jogar a democracia fora."

Dino chamou atenção para a gravidade do envolvimento de integrantes das Forças Armadas nas articulações golpistas. "O que distingue as Forças Armadas de um bando? A hierarquia e a disciplina. Forças Armadas sem hierarquia e disciplina são uma ameaça ao estado democrático de direito." Cármen Lúcia apontou "uma organização com longo período de preparação, de início de execução, para a prática de atos que atentaram contra os bens democráticos".

'DEBAIXO PARA CIMA'. Fux afirmou que, nesta fase, as suspeitas são suficientes para dar início ao processo, mas disse que há lacunas que precisam ser comprovadas na instrução da ação penal. "Essa questão de pressionar de baixo para cima é que nós vamos verificar até que ponto essa capacidade de persuasão ocorreu."

Zanin, presidente da Primeira Turma, também fez a ressalva de que, por ora, não há "juízo de culpa". "Evidentemente que, ao longo da instrução, vamos ter que analisar detalhadamente as provas que serão produzidas", disse o ministro. ●

O Estado de São Paulo

País dos Privilégios

CNJ proíbe que tribunais criem penduricalhos sem lei prévia

Resolução veda pagamento de benesses retroativas por meio de decisões administrativas das Cortes, legislação ou decisão judicial anterior

WESLEY GALZO
BRASÍLIA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou ontem uma resolução que proíbe todos os tribunais do País de criar e pagar novos penduricalhos "com efeito retroativo" por meio de decisões administrativas, ou seja, sem lei ou decisão judicial prévia.

A regra chancelada pelo plenário do CNJ estabelece que a

criação de benefícios retroativos só poderá ocorrer após o trânsito em julgado de decisão judicial – quando não houver mais possibilidade de recursos a uma sentença. Outra forma de autorizar novos benefícios a partir de agora é por meio dos "precedentes qualificados" de tribunais superiores. Os precedentes qualificados são decisões de caráter vinculante que devem ser aplicadas em casos similares já analisados por Cortes superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

VALIDADE. O texto que determina as modificações traz como fundamento "a necessidade de, doravante, incrementar

o controle sobre o reconhecimento e pagamento de direitos e vantagens com efeito retroativo ainda não reconhecidos administrativamente antes da data da entrada em vigor" da resolução.

Isso significa que todos os penduricalhos criados até o momento por meio de decisão administrativa continuam a valer. O documento ainda cita a necessidade de sanear a questão por causa do "princípio da moralidade administrativa".

Ao despachar sobre os pagamentos "retroativos", quando os tribunais reconhecem benefícios e indenizações que não teriam sido pagos ao longo dos anos, a resolução estabeleceu que também será necessária autorização prévia do corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell.

TETO EXCLUSIVO. Na última quinta-feira, Campbell autorizou o pagamento retroativo de licença compensatória no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) de 2015 a 2022. Na decisão, ele mencionou que os valores não devem ultrapassar parcelas de R\$ 46.366,19 mensais, o equivalente ao teto do funcionalismo público.

Recentemente, o CNJ definiu que os penduricalhos pa-

gos a magistrados devem ser limitados a esses R\$ 46,3 mil por mês. Na prática, essa mudança permitiu a criação de um teto exclusivo para juízes, de R\$ 92,6 mil.

Como tem mostrado o Estado tribunais têm se valido de atos próprios para criar benefícios que elevam os salários dos seus membros e esbarram em situações de enriquecimento por meio do serviço público.

Custo elevado
Entre julho de 2023 e outubro de 2024, 8,7 mil magistrados tiveram ganhos extras de R\$ 12,4 mil

Decisões como a do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), que desembolsou R\$ 157 milhões em um ano e meio para o pagamento de licença compensatória, não poderiam ocorrer se a resolução do CNJ estivesse valendo na data em que o penduricalho foi criado.

De julho de 2023 a outubro de 2024, 35 tribunais criaram rubricas que turbinaram os contracheques de 8.736 mil juízes, desembargadores e ministros com ganhos extras, em média, de R\$ 12,4 mil por mês. Essa conta gerou custo de R\$ 819 milhões ao erário nesses 16 meses. ●

Ministério Público investiga pagamento de 'auxílio iPhone' em SP

O Ministério Público de São Paulo está investigando possíveis irregularidades na concessão do "auxílio iPhone" aos procuradores do município de São Paulo. O benefício permite reembolsos de até R\$ 22 mil para a compra de celulares, notebooks e outros eletrônicos pessoais. O valor é reembolsado mediante apresentação de nota fiscal e pode ser solicitado a cada três anos.

Em ofício encaminhado à Procuradoria-Geral do Município de São Paulo na última sexta-feira, o promotor Ricardo de Barros Leonel pediu que a PGM-SP esclareça, em até dez dias, a base legal e os atos normativos que autorizam o pagamento do auxílio.

A PGM deverá informar quando o benefício foi instituído, detalhar os valores já pagos por exercício orçamentário e esclarecer se os equipamentos adquiridos com o auxílio podem ser utilizados em atividades privadas. ● MARIA MAGNABOSCO

O Estado de São Paulo

Saúde

Casos de febre amarela triplicam nas Américas

LAYLA SHASTA

Os casos de febre amarela na região das Américas triplicaram em 2025 em comparação com o mesmo período em 2024, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Até 2 de maio, foram confirmados 212 casos em cinco países, ante 61 no ano passado – aumento de 247%. O Brasil concentra a maioria das infecções, com 110 casos e 44 mortes. Também houve registros neste ano em Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

Ao todo, 85 mortes já foram relatadas à OMS. O dado representa uma taxa de letalidade de 40%, considerada alta, mas

varia segundo a localidade. No Equador, por exemplo, os 4 casos reportados resultaram em óbito (100% de letalidade).

Em 2024, casos humanos de febre amarela foram notificados principalmente na região amazônica de Bolívia, Brasil, Colômbia, Guiana e Peru. Este ano, porém, os casos foram detectados principalmente em outras áreas, incluindo o interior de São Paulo. No Estado, foi registrado o maior número de mortes pela doença em 7 anos: 55 casos e 31 mortes.

Houve notificação também nos Estados de Minas, com 10 casos e 5 mortes; Pará, com 44 casos e 7 mortes; e Tocantins, com 1 caso fatal. A maioria dos infectados era do sexo masculi-

no, representando 89,6% dos pacientes; as idades variaram entre 10 e 75 anos. Apenas uma pessoa tinha registro de vacinação contra febre amarela.

Dados da OMS
Entre os países do continente, o Brasil tem a maioria das infecções, com 110 casos e 44 mortes

Todos os pacientes relataram exposição a áreas selvagens ou florestais, em atividades ocupacionais ou recreativas. Ainda assim, não é possível ignorar que a doença pode ter um ciclo urbano. Para a OMS, o risco à saúde pública

nos países afetados é considerado alto, especialmente diante da queda nas vacinações desde a pandemia de covid-19. “O aumento de casos confirmados de febre amarela nas Américas destacou a necessidade de fortalecer a vigilância, a vacinação de populações em risco e as estratégias de comunicação de risco”, diz.

A DOENÇA. A febre amarela é causada por um arbovírus transmitido aos humanos principalmente pela picada de mosquitos *Haemagogus* e *Aedes aegypti*. A transmissão ocorre por dois diferentes tipos de ciclos, o silvestre e o urbano. No ciclo silvestre, os macacos são os principais hospedeiros e os

vetores são mosquitos dos gêneros *Haemagogus* e *Sabethes*. Os humanos atuam como hospedeiros acidentais ao frequentarem áreas de mata.

Já no ciclo urbano, os seres humanos são os únicos hospedeiros com importância epidemiológica e a transmissão ocorre por meio de mosquitos *Aedes aegypti* infectados. A vacinação é a forma mais eficaz de combate à doença. Hoje, o calendário vacinal prevê uma dose aos 9 meses de idade e outra aos 4 anos. Em pessoas com mais de 5 anos não vacinadas previamente, utiliza-se o esquema de dose única. O imunizante é oferecido gratuitamente em postos de saúde de todo o País. ●

Veículo
Diário Caiçara
Notícias do Litoral Norte



Vereadores prestigiam 1º aniversário da 4ª Cia da Polícia Rodoviária em Caraguatatuba

A manhã desta terça-feira (20/05) foi marcada pela cerimônia oficial de comemoração do primeiro aniversário da 4ª Companhia do 6º Batalhão da Polícia Militar Rodoviária, localizada na Rodovia dos Tamoios, em Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua

Vereadores prestigiam comemoração dos 48 anos da APAE de Caraguatatuba

Na comemoração pelos 48 anos da APAE de Caraguatatuba, realizada no dia 16 de maio, os vereadores Gislaine de Oliveira Carvalho (Dra. Lalá), Danster Fernandes Rodrigues de Souza (Danster Fernandes), Cássia Gonçalves de Jesus (Cássia do PT), Aguinaldo Pereira da Silva Santos (Aguinaldo Butiá), Cristian Bota Oliveira de Souza (Cristian Bota) e Marcelo Lanzellotte Pereira (Marcelo Pereira) estiveram presentes prestigiando o evento. O Presidente da Câmara de Caraguatatuba, Antonio Carlos da Silva Junior, não pôde estar presente, mas enviou a Assessora de Comunicação Fátima Marques para representá-lo.

Leia a matéria completa [aqui](#).



Câmara de Caraguatatuba aprova projeto contra insegurança alimentar e concede títulos de cidadania na 16ª sessão ordinária

A 16ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Caraguatatuba, realizada nesta terça-feira (20/05), foi marcada por decisões importantes. Três projetos foram aprovados por unanimidade, com destaque para o Projeto de Lei nº 26/25, de autoria do vereador Elizeu Onofre (Ceará da Adegá), que institui um canal direto entre as escolas municipais e os serviços de assistência social para combater situações de insegurança alimentar entre os alunos.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículo
Radar Litoral
G1 Vanguarda
O Vale
Repórter Online Litoral
Diário Caiçara
TV Thati



Apostador de Caraguá leva R\$ 51,5 milhões ao acertar os seis números da Mega-Sena

O sorteio do concurso 2.865 da Mega-Sena, realizado na noite de terça-feira (20/5), premia um apostador de Caraguatatuba que acertou os seis números e que vai levar pra casa R\$ 51,5 milhões. A Mega estava acumulada e o prêmio chegava a R\$ 103 milhões. A outra metade do valor vai para uma aposta de Goiânia (GO).

A aposta de Caraguatatuba foi feita na Lotérica Lara, que fica no bairro Jaraguazinho. O apostador pagou R\$ 5 em um jogo simples e faturou R\$ 51.507.067,95.

Os números sorteados foram: 02 - 25 - 30 - 39 - 47 - 51. Ao todo, 94 apostas acertaram a quina, com prêmio de R\$ 68 mil cada. A quadra teve 7.319 vendedores e cada um vai levar R\$ 1.254,90.

Veículo

Nova Imprensa



Após incêndio, prefeitura fornece ônibus escolares temporários

Após incêndio na garagem de ônibus, a prefeitura disponibilizou 17 veículos temporários para transportar os alunos na Costa Norte de São Sebastião.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Portal Notícias do Litoral



Caraguatatuba e DER promovem ação de prevenção a acidentes dentro do Maio Amarelo na rodovia SP 55

Estamos na “Década de Ação para Segurança no Trânsito”, movimento que foi instituído em 11 de maio de 2011, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Dentro da Campanha “Maio Amarelo”, deste ano, equipes de agentes de trânsito da Secretaria de Segurança Pública e Mobilidade Urbana e do DER-SP fizeram uma ação na rodovia SP-55, que liga Caraguatatuba a São Sebastião.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Prazo para Inscrições no Conselho Gestor do Parque do Juqueriquerê termina nesta sexta-feira

O prazo de inscrição para a eleição de representantes da sociedade civil organizada, ligados à proteção, conservação e educação ambiental no Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Juqueriquerê encerra nesta sexta-feira (23), em Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua

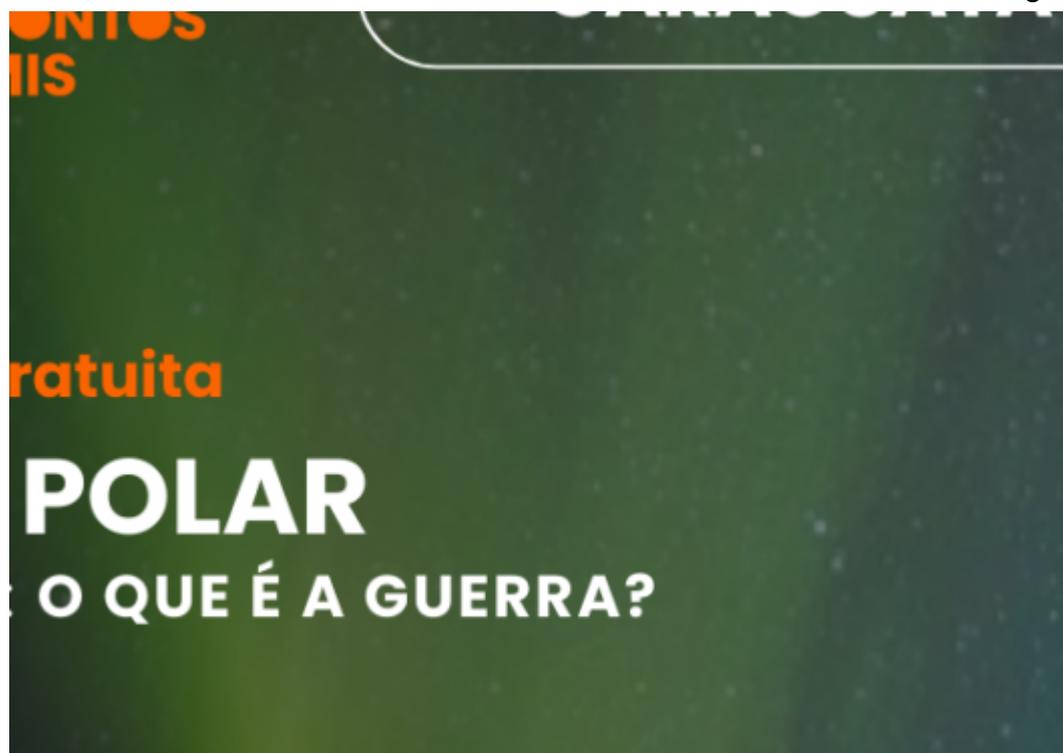


**Mais de 150 profissionais de enfermagem participam do 1º
Aulão de Ritmado e engajam ação solidária**

O 1º Aulão de Ritmado, realizado na última sexta-feira (16), na Praça da Cultura, em Caraguatatuba, reuniu 155 profissionais de enfermagem da rede municipal de saúde em um evento de dança para promover o exercício físico.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Mostra Novo Cinema Mexicano – Programa Pontos MIS exhibe filmes na Videoteca Lúcio Braun e Espaço Cultural Casa da Democracia

A Mostra Novo Cinema Mexicano chega à Caraguatatuba no mês de maio, com quatro filmes. As exhibições são gratuitas e a classificação livre.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Comissão de Literatura realiza oficina gratuita de Poesia no Macc

A Comissão Municipal Setorial de Literatura promove no dia 29/5 (quinta-feira), das 18h30 às 20h30, no Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba (Macc), uma oficina gratuita de Poesia com as escritoras Miriam Bilhó e Rosana Marques Paulon. Não é necessário realizar inscrição.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Secretaria de Saúde realiza café da manhã em homenagem ao Dia da Assistência Social

Em alusão ao Dia da Assistência Social, comemorado na última quinta-feira, 15 de maio, a Secretaria de Saúde promoveu um café da manhã voltado às profissionais da área. A ação foi promovida pela Diretoria de Assistência à Saúde.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



EcoManRun 2025 – Caraguatatuba recebe corrida de obstáculos com adrenalina em junho

Pela primeira vez, Caraguatatuba será palco de um dos maiores eventos de corrida de obstáculos do Brasil. A EcoManRun será realizada no dia 22 de junho e deve reunir atletas de todas as idades em uma experiência que combina desafio, superação e solidariedade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Secretaria de Serviços Públicos executa zeladoria nas regiões Sul, Centro e Norte de Caraguatatuba

A Secretaria de Serviços Públicos de Caraguatatuba promove trabalhos de zeladoria ao longo da semana nos bairros do Perequê-Mirim, Pegorelli, Travessão, Barranco Alto, Porto Novo, Balneário dos Golfinhos, Pontal de Santamarina, Casa Branca, Massaguaçu, Jardim do Sol e Praia da Cocanha, além da varrição das areias praias do Aruan, Centro Prainha e Martim de Sá (vide cronograma abaixo).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Notícias das Praias



Secretaria de Turismo de Caraguatatuba inicia inscrições para o 20º Caraguá a Gosto

Um dos eventos mais aguardados do ano, o Caraguá a Gosto, chega à sua 20ª edição e celebra a identidade local em diferentes culinárias.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Turismo e Esporte

Veículo
Portal Notícias do Litoral



Caraguatatuba conquista três pódios na 3ª etapa do Campeonato Paulista de BMX

Atletas de Caraguatatuba brilharam mais uma vez no cenário estadual de BMX. No último domingo (18), a cidade de Indaiatuba foi sede da 3ª etapa do Campeonato Paulista e reuniu mais de 480 competidores de diversas regiões do estado. E a delegação caraguatatubense fez bonito, com pódio em três categorias.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Notícias das Praias



Vídeo: Jovem piloto de Caraguatatuba, Anna Pimpão, dá show em Interlagos e assume a vice liderança da Copa São Paulo Light de Kart

Com pole position e vitória na corrida 1, Anna Luiza Pimpão é a vice-líder da competição com 34 pontos, empatada com Gonçalo Oliveira e a dois pontos do líder, Dudu Pagliaro(36)

Leia a matéria completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

1º.04.2025

Entrevista com o Secretário Adjunto de Esportes, Leandro Domingos de Souza, para a TV Câmara.

Pauta: Caraguatatuba abre inscrições para torneio 'Aniversário da Cidade' e Campeonato Amador de futebol



Assista a reportagem completa [aqui](#).